

ANDAR A PÉ: INDÍCIOS DAS ORIGENS MODERNAS DO GOSTO DE SE CAMINHAR PELO CAMPO

Recebido em: 15/04/2020

Aprovado em: 10/12/2020

Licença: 

Marcelo Roberto Andrade Augusti
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Rio Claro
Rio Claro – SP – Brasil

RESUMO: Neste artigo serão abordadas algumas questões relativas às mudanças na razão e na sensibilidade do trato do ser humano com o mundo natural e que possam fornecer alguns indícios do apreço que os indivíduos, na atualidade, têm acerca de realizarem caminhadas pelo campo, considerando os séculos XVIII e XIX como ápice desse processo de transformação da mentalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Caminhada. Modernidade. Natureza.

WALKING: INDICATIONS OF MODERN ORIGINS OF THE TASTE OF WALKING THROUGH THE FIELD

ABSTRACT: In this article, some issues related to changes in the reason and sensitivity of the human being's treatment with the natural world will be approached, which may provide some indications of the appreciation that individuals, at present, have about undertaking walks in the countryside, considering the 18th and 19th centuries as the culmination of this mentality transformation process.

KEYWORDS: Walk. Modernity. Nature.

Introdução

Ao longo da história da humanidade, nem sempre razão e sensibilidade estiveram aliadas na contemplação do mundo natural ou em fazer deste um parceiro para uma economia sustentável, como tanto se apregoa atualmente como uma possível salvação dos recursos naturais, ora nos limites de uma escassez perigosa. A relação do

ser humano com a Natureza¹ – e aqui se incluem animais, árvores, plantas, montanhas e rios – por séculos seguiu a vertente da exploração predatória, sem maiores críticas ou reflexões tomadas a sério sobre as consequências de tais atos. Aflorou, entretanto, uma consciência tardia quando a devastação já se encontrava em grau adiantado.

A expansão marítima e econômica europeia de fins do século XIV, a filosofia humanista e as novas formas de pensar propagadas pelo Iluminismo, juntamente com as revoluções burguesa e industrial, pavimentaram a via para que outros modos de vida emergissem na Europa e se consolidassem a partir do século XIX, possibilitando outras perspectivas humanas em relação à Natureza. Vencidas algumas das principais adversidades relacionadas à sobrevivência humana (alimentação, saúde, moradia, transporte, educação), um pequeno grupo de capitalistas industriais fez fortuna à custa da exploração da mão-de-obra e determinou novas condutas e padrões para a vida social e, inclusive, nas relações do ser humano com a Natureza no que tange a prática da caminhada.

A totalidade desses acontecimentos promoveu um novo conhecimento acerca do mundo natural por meio de métodos de observação científicos e, ainda, melhorou as técnicas produtivas, ampliou o comércio com outros povos e estendeu o domínio econômico-cultural europeu para as terras descobertas além-mar. Esse conhecimento advindo das ciências, todavia, era distinto de épocas remotas, onde o ser humano retirava da Natureza os elementos não apenas materiais para sua subsistência, bem

¹ Natureza, segundo Robert Lenoble, em sua *História de uma ideia da natureza* (1990) é um termo vago, dado os diferentes modos do ser humano conceber e, principalmente, relacionar-se com o mundo natural, ora em uma relação simbiótica, ora em conflito. Além do mais, conforme Lenoble, uma ideia de natureza passa por diversas concepções, como as do cientista, do moralista e do artista, ora como algo a temer, ora a conquistar ou contemplar. Nesta obra, adoto o termo *mundo natural* ou Natureza (grafada em maiúscula), em referência a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que conferiu a esta um sentido quase divino, algo absoluto e que deveria ser buscado pelo ser humano. A Natureza, como força geradora de vida, de beleza, de grandeza incomparável e lugar de refúgio e apaziguamento, de expressão de um gosto simples por atividades rústicas, onde se encontram as mais sublimes aspirações do indivíduo, como a harmonia, a paz, a felicidade e o sentido da existência.

como os conteúdos simbólicos em que construíam seus mundos, seus impérios, seus ideais e expressavam a sua sabedoria.

A esses modos de vida emergentes, isto é, modernos, a razão e a objetividade prevaleceram sobre as percepções subjetivas em prol do progresso econômico-social, da supremacia do mundo urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo, ou seja, do avanço do indivíduo considerado civilizado e culto sobre a barbárie do selvagem e a ignorância e rusticidade do camponês.

O império da razão e a busca desenfreada por riqueza material promoveu, contudo, uma vasta destruição da Natureza não apenas na Europa, mas nas colônias europeias, em nome da civilização, da economia e do progresso. Entretanto, as maneiras destrutivas do ser humano lidar com a Natureza são anteriores ao pensamento dito racional. Durante os séculos XVI ao XVIII, não apenas a razão, mas, também, pressupostos religiosos foram os responsáveis por atos humanos cruéis contra o mundo natural.

A cidade, exemplo da engenhosidade e inventividade humana, centro econômico, comercial, cultural e da vida social, embora necessária e útil na abrangência dos modos de vida modernos, tornava-se, nos séculos XVII e XVIII, um lugar difícil de viver. A quantidade de fábricas e suas chaminés poluindo os ares e enegrecendo a atmosfera urbana com sua fuligem, afastava aqueles que podiam estar a salvo de um meio hostil à qualidade de vida.

Uma nova sensibilidade, todavia, emergiu dos modos de vida modernos, quando as necessidades materiais de existência foram satisfeitas e a fome e a doença quase não mais assustavam os abastados e doutos. A Natureza, ora sujeita à dominação humana e passível às intervenções inescrupulosas, logo se transformava em lugar idílico e digno

de ser salva da conduta destrutiva do ser humano. Uma redescoberta do ser humano aos encantos do mundo natural.

Enquanto os menos favorecidos economicamente, como os operários das fábricas e alguns funcionários burocratas e pequenos comerciantes permaneciam forçosamente habitando as cidades, a aristocracia mudava-se para o campo em busca de refúgio e deleite. Mesmo aqueles que não detinham meios propícios a morar no campo, entretanto, ainda assim, nele encontravam guarida nos finais de semana. A fuga da cidade encontrava no campo o lugar ideal para refazer-se dos negócios e compromissos sociais.

Neste artigo serão abordadas algumas questões relativas às mudanças na razão e na sensibilidade do trato do ser humano com o mundo natural e que possam fornecer alguns indícios do apreço que os indivíduos, na atualidade, têm acerca de empreenderem caminhadas pelo campo, considerando os séculos XVIII e XIX como ápice desse processo de transformação da mentalidade².

O que será apresentado nas linhas que se seguem teve sua origem a partir da pesquisa de mestrado do autor, intitulada *Caminhada e estilo de vida: implicações no lazer e na qualidade de vida* (AUGUSTI, 2014) representando, porém, um pequeno fragmento da mesma, que foi ampliado e aprofundado pelo olhar perscrutador, penetrando em um universo onde o andar a pé, para além das determinações cotidianas relativas à locomoção, tornou-se um elemento intangível na busca do ser humano por harmonia, paz e felicidade.

² Mentalidade, como na visão historiográfica, referente a um sistema de crenças, de valores e representações próprios de uma época. Trata-se de explicar as ideias imperativas que organizam e comandam a vida material em sociedade e determinam o destino dos grupos humanos em um tempo relativamente longo. Esta mentalidade, portanto, seria coletiva, ou seja, um modo de pensar e existir comum aos grupos humanos em um dado momento histórico, constituindo-se em um padrão de pensamentos e sensibilidades cuja mudança ou transformação em tal estrutura ocorreria de modo gradual e lentamente. Cf. VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Caminhada e Lazer

Caminhar é uma atividade inerente ao ser humano. Há milhões de anos atrás, nossos ancestrais utilizavam a caminhada para as caçadas e longas travessias a pé em busca de melhores condições de vida. Vivendo em reduzidos grupos e em constante busca por alimento e abrigo, “andavam eretos e subiam montanhas com enorme facilidade” e, “para viver do que a terra oferecia, precisavam fazer longas caminhadas a lugares onde sementes e frutas pudessem ser encontradas” (BLAINEY, 2011, p 06). Caminhar, portanto, era um recurso corporal fundamental para a sobrevivência da espécie.

Atualmente, a caminhada faz parte do rol das atividades de lazer que são capazes de suprir algumas demandas relacionadas ao distanciamento do indivíduo com a natureza e o mundo rural, conforme exposto por Domenico De Masi (2000). A experiência do lazer tende a atenuar o desconforto causado pelas ocupações da vida contemporânea, que primam pela competência a todo custo, pelo sucesso financeiro e pela competição exacerbada. Ela promove sentimentos de serenidade e satisfação e proporciona o reencontro do ser humano com algo que se perdeu em um passado longínquo. A contemplação no alto de uma montanha pode ser um exemplo disso.

Este reencontro prazeroso e significativo do indivíduo com algo que simboliza os primórdios da Humanidade pode ser observado no gosto de caminhar pelo campo. Em pesquisa realizada por Augusti (2014), constatou-se que a caminhada pelo campo, em estradas rurais, constitui-se em uma prática de lazer que privilegia vivências que atendem às necessidades dos indivíduos de estarem em lugares que ofereçam atrativos naturais, históricos e culturais. Considerou-se, assim, que para o bem-estar vivenciado pelos sujeitos em sua caminhada pelo campo, o importante é sentir-se bem consigo

mesmo (conforto emocional e satisfação pessoal) fazendo aquilo que se gosta e em lugares representativos desse ideal.

Em tal contexto, a paisagem natural é o elemento diferencial que torna possível o reencontro ou o regresso simbólico ao tempo / espaço em que o ser humano vivia de modo simples e onde o seu saber – muitos deles obtidos à custa das vivências corporais cotidianas – lhe era suficiente para a compreensão do mundo. A paisagem, portanto, remete às reminiscências de outrora, tenham elas sido vivenciadas pelos sujeitos em sua infância, fantasiadas pelas histórias que contavam os adultos ou mesmo como reminiscências de uma herança genética dos nossos antepassados mais longínquos. Neste sentido,

O campo oferece tudo o que a cidade subtrai - a calma, a abundância, o frescor e, bem supremo, o ócio para meditar, longe dos falsos valores. Como um duplo invertido, o campo oferece o negativo da cidade, que, não obstante, toma dele emprestados alguns traços sem os quais não poderia passar: o que seriam, pois, as colunas de mármore que adornam as casas senão a imagem das florestas? E por que querer ter a visão do campo longínquo senão por ser lá que se situa a verdade? (CAUQUELIN, 2007, p. 62).

Como forma de lazer, a caminhada pelo campo oferece a oportunidade de um retorno ao mundo natural, uma aventura pela Natureza, onde os sentidos transitam pelos diversos cenários rurais, das extensas plantações e tantas espécies de árvores e variada vegetação, aos riachos, pontes, o gado solto a pastar, bezerros nos currais, galinhas soltas pelos terreiros, a cantoria das aves, o perfume das flores, a visão extasiante de planícies e montanhas. Enfim, uma possibilidade do indivíduo “sentir-se vivo” e de promover experiências de vida que tenham sentido e significado transcendentais.

Alguns Precedentes Relevantes: contribuições da Grécia Antiga e da China

Meu coração é um com as árvores de outono, meus olhos deliciam-se com o desabrochar da primavera. Xie Ling yun³

Em tempos remotos, em vários lugares, encontramos manifestações de apreço à Natureza. Remontando à Antiguidade Clássica, ainda que o conceito de paisagem não fosse reconhecido na época, pois o que havia era uma ideia de Natureza advinda de Aristóteles, como um sistema organizado onde produção e consumo ocorriam na medida justa (MADERUELO, 2005), os cenários naturais da Grécia Antiga foram fundamentais nos modos de vida helênicos para o surgimento de um tipo de manifestação cultural que caracterizou a época: o bucolismo. Bucólico era o termo relativo aos guardadores de rebanhos que, na solidão de sua tarefa no campo, espreguiçados sob uma frondosa árvore, aproveitavam o tempo para entoar cânticos em suas flautas e compor poesias – atividades cotidianas típicas que expressavam aspectos da sua cultura. Esses pastores, caminhantes das montanhas e dos campos, quando se encontravam ao acaso ou durante as celebrações anuais das colheitas, disputavam, entre si, animadas pelepas em verso e prosa.

A poesia bucólica (“sobre o cuidar do gado”), portanto, originada no período Helenístico (Séculos III e II a.C.), apresentava uma relação com as festividades da colheita e da vindima e as celebrações dionisíacas, que se realizavam no campo. Para mitigar a fadiga do labor rústico campesino, os pastores e trabalhadores rurais da época entoavam canções carregadas de sentimentos de amor pela Natureza. O bucolismo, assim, está ligado a hábitos de vida rurais cuja época remonta a um tempo de tranquilidade e alegria. Na poesia bucólica, expressam-se as emoções e sentimentos na

³ De *Stone Gate Mountain's Highest Pea*, tradução de David Hilton: *My heart is one with the autumn trees, my eyes delight in the flowering of spring*. Disponível em: <https://www.hermitary.com/articles/lingyun.html>. Acesso em: 11 dez. 2013.

descrição do ambiente pastoril e do próprio mundo natural, além dos desafios poéticos ou de diálogos entre os pastores (BRANDÃO, 1950).

Habitando o campo, em meio às montanhas, riachos e animais, os pastores de lá retiravam, nas notas melodiosas de suas flautas, a essência que inspirava seus cantos e versos poéticos, que se caracterizavam pela exaltação da Natureza, seus deuses e heróis mitológicos e ao amor. A obra *Idílios*, de Teócrito, datada do século IV a.C., ilustra tais episódios corriqueiros: no poema V, ocorre um diálogo entre dois pastores, um de cabra o outro de ovelhas que, enquanto caminhavam, empreendiam uma disputa sobre quem melhor versejava na flauta doce.

A poesia, durante séculos, foi considerada a arte por excelência, também entre os chineses. De imperadores a funcionários a serviço do Império, inúmeros eram os adeptos da arte de escrever com o sentimento, expressão da sensibilidade. No século V, duas figuras de relevante interesse emergiram no cenário histórico-cultural da China: Xie Ling yun e Tao Qian⁴.

Xie Ling yun (385-433), filho de aristocratas que, em 422, refugiou-se nas montanhas para uma vida de retiro espiritual. O eremita Ling yun praticava a caminhada pelas montanhas e, inspirado pelas paisagens, expressava sua alegria e êxtase desses momentos em seus poemas. É considerado o grande poeta chinês da vertente literária *shan-shui* (montanhas e rios), pois descrevia, em versos, as belezas e os encantos da Natureza selvagem, visualizando a paisagem como um templo místico (“poeta da paisagem”).

Tao Qian (365-427) foi outra figura relevante do período, considerado como um dos maiores poetas chineses de todos os tempos, ainda que reconhecido tardiamente. Originário de família aristocrática, porém empobrecida, Qian acabou por se retirar com

⁴ Disponível em: <https://www.britannica.com/>. Acesso em: 11 dez. 2013.

sua esposa e filhos para uma aldeia ao sul do Rio Yangtzé. Na simplicidade de uma vida rural, Qian também versava sobre a Natureza, todavia, sua vertente era a *tian-yuan* (campos e jardins), pois a expressão de seus sentimentos remetia, principalmente, à paisagem bucólica rural e uma vida de tranquilidade.

Tanto Ling yun quanto Qian eram adeptos do taoísmo e do budismo, manifestações da tradição religiosa e da sabedoria chinesa de caráter popular, que evocava a vida simples e espontânea como um caminho para a felicidade e a realização espiritual.

Nesse passado longínquo, portanto, havia um modo de observar a Natureza com respeito e dela extrair não apenas o sustento ou os mitos que explicavam a origem de seus mundos e davam sentido à existência, mas enxergar beleza, paz e harmonia, com nossos antepassados expressando seu apreço pelo mundo natural por meio da arte poética. Mas ao longo da história da Humanidade, entretanto, diferentes razões justificaram comportamentos e atitudes do ser humano contra ou a favor do mundo natural, ora exaltando-a, ora explorando-a de modo degradante.

Mudanças na Razão e Sensibilidade sobre a Percepção Humana do Mundo Natural

Somente a poesia é capaz de revelar os mistérios da Natureza.

O mundo natural, para a sociedade contemporânea, tornou-se o paraíso perdido, isto é, um lugar onde a Natureza e sua beleza primitiva encontram-se preservadas da intervenção humana. Trata-se do “mito da natureza intocada” que, segundo Diegues (1996), surge como necessidade de proteger o que ainda resta ao ser humano daquilo que a Natureza lhe oferece, ou seja, seus recursos ditos renováveis, porém, que dão sinais de esgotamento pela excessiva atividade econômica predatória praticada pelos

humanos desde milênios. A suspensão exploratória em determinadas áreas naturais, garantida por legislação, cumpre a salvaguarda de um patrimônio (montanhas, rios, florestas, fauna e flora) que proporciona benefícios àqueles que habitam as cidades, afastados que estão, em seu cotidiano, do mundo natural e das atividades e práticas rurais, ainda que seja à custa da expulsão de povos ancestrais que habitavam tais áreas.

Algumas destas áreas preservadas, contudo, são remanescentes de épocas que se perderam na memória da humanidade, onde a Natureza não conheceu – se isto ainda é possível – a mão do homem, representando um mundo intocável e inabitável ao homem, a própria ideia do paraíso perdido, “da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada” (DIEGUES, 1996, p. 59).

O resguardo da Natureza implica na salvação da própria humanidade, pois da Natureza o homem retira recursos para a sua sobrevivência. O ser humano, portanto, necessita da Natureza para sobreviver, pois são seus elementos constituintes (terra, água, ar, minerais, vegetais) que lhe possibilitam a subsistência. Ao transformá-la em tema mitológico, promove-se a sua preservação, pois os mitos dizem respeito às relações do homem com o mundo natural – relações estas de associação respeitosa e pertencimento recíproco – e não de consumo, de lucro ou destruição desenfreada (CAMPBELL, 1997). Esta Natureza preservada da ação predatória do homem, logo, é a esperança da perpetuação atual da vida humana no planeta Terra.

A epígrafe que abre este tópico é uma alusão à gravura de Bertel Thorvaldsen, impressa no livro *Ensaio sobre a geografia das plantas*, de 1807, obra de Alexander Von Humboldt (1957), feita para a página de dedicatória a Johan Wolfgang Von Goethe. Trata-se da figura de Apolo, gênio da Poesia, a desvelar a estátua de Ísis-Ártemis, símbolo da Natureza. Refere-se à crença de que a Natureza, em sua totalidade,

jamais será revelada por meios racionais. Seus mistérios se ocultam aos escrutínios da razão e somente são desvelados parcialmente àqueles que a enxergam com os olhos da sensibilidade (HADOT, 2006).

Mas as considerações a respeito da relação do ser humano com a Natureza nem sempre foram no sentido de resguardá-la da exploração predatória ou de desvelá-la somente pela sensibilidade apurada. Na Europa medieval, dentre tantos outros aspectos que a caracterizaram, conforme Jacques Le Goff (1983), a derrubada impiedosa de árvores, a destruição de florestas virgens e a abertura de clareiras empreendidas por monges, missionários e pagãos, foram fatores determinantes para a formação da realidade econômica, social e cultural da época. Segundo o autor citado, refugiavam-se nesses pequenos aglomerados os eremitas, os cavaleiros andantes, os bandidos, os fora-da-lei e todos aqueles que buscavam a fuga das cidades que, além de local de epidemias fatais, constantemente eram invadidas, saqueadas e destruídas pelos povos bárbaros.

A floresta, assim, mostrava-se como um lugar alternativo para uma vida melhor, longe dos pesados tributos devidos aos senhores feudais, da mão inclemente da Igreja e da peste negra que assolava o mundo europeu. Era na floresta que se encontrava madeira para a construção das moradias e frutos silvestres elementares para a alimentação do camponês, além de tantos outros produtos dela extraídos, úteis ou necessários, para a sobrevivência de pastores, lenhadores, carvoeiros e todo um contingente que se dispunha a depender diretamente da riqueza natural para sua sobrevivência.

Todavia, a subsistência do homem pelos recursos naturais ocasionava a destruição das florestas. Tal sucedeu este avanço destrutivo do homem simples e comum sobre as matas que, em 1215, os barões ingleses impuseram uma política florestal para proteger as áreas de caça, uma atividade nobre, reservada somente aos reis

e príncipes. Entretanto, apesar do utilitarismo imediato e do ócio nababesco, a floresta medieval também era o limiar entre o mundo civilizado e o mundo bárbaro, o *habitat* de feras terríveis, uma terra de ninguém; era a fronteira natural que separava os países e as terras senhoriais uns dos outros, o local onde, de um salto, surgia, sem prévio aviso, de lobos famintos a saqueadores, ora a devorar os ingênuos, ora a pilhar os desavisados. Além disso, a floresta, repleta de mistérios, povoava o imaginário popular: era o refúgio das bruxas e dos homens-lobos, de inúmeras lendas e fantasias que remontavam a épocas imemoriais (LE GOFF, 1983).

Mas caminhar por bosques, estradas rurais, campos e florestas, na Europa medieval, apesar dos perigos, era algo comum e representativo de uma conduta que marcou uma época de quase mil anos na história da humanidade, isto é, a inquietude do homem perante a realidade de seu mundo, manifestada pelos constantes deslocamentos a pé, as longas viagens sempre em busca de algo novo ou vida melhor. Conforme Le Goff (1983), cavaleiros, clérigos, estudantes, vagabundos e camponeses se cruzavam regularmente pelos caminhos, além da figura mais marcante do período, os peregrinos, indivíduos sempre em trânsito, geralmente pobres e que quase nada levavam consigo, a não ser um alforje, um bordão e um cajado, onde se apoiavam curvados para seguirem rumo a Santiago de Compostela, Toledo, Reims, Roma e Jerusalém, dentre outros locais de visita, para obter benção, conselho ou milagre proporcionado pelos ‘servos de Deus’ ou pelas relíquias dos santos católicos.

A peregrinação, presente nos modos de vida europeus desde os séculos III e IV da Era Cristã, evocava as longas jornadas a pé destinadas à penitência, mas, conforme Urry (1999), com o passar do tempo, foi atraindo os olhares de comerciantes e aventureiros que, seja por motivos religiosos ou não, passaram a aglomerar-se em torno desses lugares sacralizados, promovendo uma ampliação do alcance do fenômeno capaz

de englobar devoção, cultura e prazer. Le Goff (1983) assinala que no século XII a Igreja passou a condenar a peregrinação que se fazia por motivos turísticos, desconfiando daqueles que se inclinavam à mera curiosidade de conhecer lugares aprazíveis ou belos monumentos em terras distantes. Para a Igreja, a peregrinação representava punição, sofrimento e penitência, e não um desejo ou vaidade pessoal. A Europa medieval pode, assim, ser caracterizada como a época das viagens a pé, de um mundo itinerante, onde a caminhada constituía-se no elemento sociocultural e econômico de relevância determinante para a vida cotidiana. E as rotas de peregrinação, embora passassem por vilarejos e cidades, em sua maioria eram realizadas em meio aos campos e florestas.

As crenças, os valores, os costumes e, em consequência, o comportamento geral dos indivíduos na Europa dos séculos XIV ao XVIII, em relação ao mundo natural, ficaram marcados pela agressividade do homem contra os animais e as árvores. Uma barbárie abateu-se sobre a Natureza, destituindo-a de seus primitivos encantos mágicos e mitológicos. O mundo natural deveria permanecer distante e, sempre que possível, ser devastado pelo homem.

Conforme aponta Keith Thomas (1988), os animais domésticos eram cruelmente maltratados: cães eram perseguidos e mortos a pauladas pelas ruas; gatos eram caçados como bichos diabólicos, companheiros inseparáveis das bruxas e queimados ainda vivos; cavalos trabalhavam até a morte, literalmente, caindo exaustos ante o último sopro de ar ou, então, sacrificados sem compaixão quando não mais suportavam o esforço físico deveras alucinante e a eles impingido pelos seus donos; outras espécies eram esfoladas vivas, em praça pública, para contentamento dos espectadores; bois eram açulados durante os festivais populares, acreditando-se, com isso, que a carne ficaria mais saborosa; e outros animais serviam de regalo para jogatinas inescrupulosas,

enfrentando-se até morrer, como os galos de briga, tombados ensanguentados em uma arena imunda. Le Goff (1983), ao aludir acerca do Ocidente medieval, aponta que no ano de 1114, decretou-se em Santiago de Compostela que todos os padres, cavaleiros e camponeses desocupados seriam obrigados, com pena de multa, a sair à caça aos lobos, sempre aos sábados, para matá-los ou colocar armadilhas para capturá-los, tamanha a ameaça, imaginária ou real, que esses animais representavam ao homem.

As árvores também foram vítimas indefesas da fúria do homem contra o mundo natural. Segundo Thomas (1988), exceção feita a algumas áreas preservadas, como as florestas destinadas à caçada real ou à margem das estradas, além do incentivo a plantação de espécimes às proximidades das habitações ou igrejas com o intuito de protegê-las contra o vento, derrubar uma árvore, na Inglaterra do século XVII, era um ato louvável e merecedor de reconhecimento social. Em 1669, na França, Jean-Baptiste Colbert, ministro de Estado do rei Luís XIV, havia decretado que o uso de áreas comunais serviria à plantação do que se convencionou a denominar de “madeira de lei”, ou seja, tipos de espécies que somente poderiam ser derrubadas com autorização do governo imperial, Devèze (1962).

Estas árvores tinham grande valor comercial e suas madeiras eram utilizadas, principalmente, na fabricação de navios para a frota francesa. As viagens marítimas entre os continentes era o meio de transporte mais importante da época e as matérias-primas advindas de outros territórios abasteciam as indústrias dos países dominadores. Colbert foi um incentivador da política mercantilista que, dentre outros aspectos, considerava que a riqueza de um país era diretamente proporcional à quantidade de colônias para exploração. A Natureza, portanto, era apenas um meio de extração de recursos – e não importava o quanto fosse destruída, principalmente nas colônias - para fabricação de riqueza material (DEVÈZE, 1962).

Devastar as matas, machado em mãos, logo, significava limpar a terra para torná-la economicamente produtiva, principalmente transformá-la em campos cultivados ou pastagens para a criação de carneiros e ovelhas, cujas peles serviriam de matéria-prima à recente indústria têxtil em expansão. Era esse o pensamento vigente, baseado na crença da vontade divina de que o homem, esse senhor da terra, deveria tomá-la a seu bel prazer e domesticá-la conforme as suas necessidades de sobrevivência e progresso.

A preferência estética de nobres e aristocratas, aliada à necessidade produtiva do solo servia, conforme Thomas (1988), como base de entendimento para uma ação humana no sentido de restaurar a Natureza, isto é, de aprimorar o cultivo do solo arável, plantando simetricamente em linhas retas, seguindo-se, assim, preceitos geométricos objetivos. Esta agricultura esteticamente padronizada refletiu-se no pensamento de que o campo, em estado bruto – natural – era desagradável aos olhos e, ainda mais, que as montanhas não cultivadas, eram regiões desprovidas de atrativos, além de locais medonhos e horrendos por suas trilhas tortuosas, íngremes e irregulares, suas quedas d'água e desfiladeiros ameaçadores, suas pedras enormes e terríveis. Somente pelo esforço do homem é que a Natureza, então transformada em área agrícola, isto é, em campo cultivado e o solo preenchido com vastas plantações, teria o reconhecimento social como algo belo e atraente aos olhos.

Concomitante a essas circunstâncias, contudo, uma mudança na percepção do homem acerca de sua relação com a Natureza estava em curso na Europa, já no século XVI, consolidando-se no decorrer dos séculos seguintes. Ao horrendo espetáculo público provocado pelos maus tratos infligido aos animais e a incessante derrubada de árvores milenares, somou-se, posteriormente, as condições insalubres da cidade industrial do século XIX, originando críticas e reflexões sobre a conduta humana no

trato com a Natureza e consigo mesmo, o que levou um atento e influente observador da época a escrever:

O inferno é uma cidade. Uma cidade esfumaçada e populosa. Existe aí todo tipo de pessoas arruinadas e pouca diversão, ou melhor, nenhuma, e muito pouca justiça e menos ainda compaixão⁵.

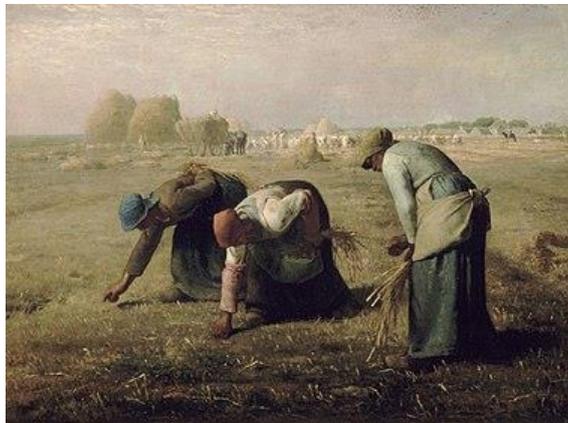
Assim, já nas primeiras décadas do século XIX, cidades como Londres e Paris apresentavam uma elevada densidade demográfica que, agravada pelo desemprego em massa e pelos baixos salários pagos aos operários das fábricas, geravam uma situação de pobreza e miséria na população que conduzia, em muitos casos, à criminalidade. Rios poluídos, o sangue de animais derramado, as árvores derrubadas, a negra fumaça a persistir nos ares urbanos e o espetáculo da pobreza nas cidades, testemunhavam a atitude agressiva do ser humano contra o mundo natural e a seu próprio semelhante promovida por um sistema econômico que tinha como meta, unicamente, o lucro financeiro de poucos em detrimento da exploração de muitos.

Este cenário apocalíptico foi, em muito, provocado pelo êxodo rural em massa e a devastação das florestas, que alcançam o ápice no século XVI, quando ocorreram os cercamentos, isto é, a privatização das terras de uso comum, que eram as áreas destinadas à pastagem de animais de criação, extração de madeira, caça e plantio. A figura 1 mostra a relevância das terras comunais: após a colheita do trigo pelo senhorio, os restos podiam ser recolhidos pelos pobres e demais camponeses, no costume conhecido como respiga. Nessas áreas também poderia haver caminhos por onde transitavam pessoas em direção a outras comunidades (posteriormente, denominadas de passagem de servidão). Os camponeses, apesar de resistirem aos cercamentos, tiveram que deixar suas terras e ir habitar as cidades (formando, posteriormente, a classe operária) onde, naquele momento, iniciava-se o processo da Revolução Industrial. As

⁵ Do poeta e escritor Percy Shelley (1792-1822), citado por Bresciani (1982, p.22).

terras comunais e as pequenas glebas foram utilizadas para servirem aos propósitos da indústria têxtil (THOMPSON, 1998).

Figura 1: *As respigadeiras* (Jean François Millet, 1857).



Fazia-se necessário, em tal contexto, uma nova concepção e apropriação do mundo natural que considerasse outros atrativos para além do utilitarismo imediato e que se fundamentasse em outros pressupostos que não àqueles associados à racionalização técnico-científica geradora de uma produção industrial destrutiva. É neste cenário urbano aterrorizante, que o gosto de estar no campo tomou forma e conteúdo.

O fascínio pelo campo, em oposição à cidade moderna no século XIX, talvez esteja no fato de que os modos de vida rurais levavam em conta o ritmo natural da sementeira e da ceifa ditados pelas estações, tão antigos quanto à própria existência do Homem no planeta. A preferência de se caminhar pelo campo corresponderia, em tal enfoque, a esse ritmo ancestral de contar o tempo - compassado, dilatado, lento. No campo era possível caminhar com tranquilidade, olhar e contemplar as obras do Homem - o cultivo da seara, a criação de animais, além dos contornos característicos da geografia local. O campo possibilitava um tipo de vivência do andar a pé muito distinta de seu equivalente urbano. No ambiente campestre era possível caminhar por várias horas quase sem perturbações a não ser pelos incômodos naturais: fadiga, insetos e condições climáticas (calor, frio, chuva).

Se o ritmo da vida no campo ditava o ritmo tranquilo da caminhada e eles se complementavam naturalmente, pelo contrário, as metrópoles exigiam dos pedestres o passo acelerado e um estado de constante tensão em meio às multidões. Nas cidades, o frenesi da massa humana ao se deslocar para o trabalho e o pavor suscitado pelas diligências com seus cocheiros a fazer “saltar faíscas” dos cascos dos cavalos, ou mesmos as investidas dos primeiros ciclistas, ineptos e imprecisos em suas percepções de velocidade a disparar céleres pelas movimentadas e estreitas ruas, ou ainda, a poeira incessante que subia dos pisos de macadame na passagem veloz dos primeiros veículos motorizados, constituíam-se em circunstâncias de perigo real e imediato para qualquer caminhante menos atento, o que poderia pôr em risco a sua própria vida. Era a descoberta da velocidade, considerando-se que e o mais rápido que um ser humano podia alcançar ao se deslocar com seus próprios recursos naturais era determinado pelo ritmo de seus pés, ou seja, velocidade de locomoção muito aquém daquelas desenvolvidas pelas bicicletas, coches ou veículos automotores.

Se o campo oferecia as melhores condições para se caminhar pelo prazer de uma caminhada, contudo, na cidade os indivíduos desaprendiam a experiência do caminhar espontâneo com alegria e lentidão. Na cidade, tudo era muito rápido, feito no estertor das horas, sempre a se esbarrar num e n'outro numa disputa insana, pé a pé, pelo espaço físico que se tornava cada vez mais exíguo ao caminhante urbano, os calcanhares perdidos em meio à multidão a se deslocar incessante. Foi nesse caos urbano que Charles Baudelaire fez emergir a figura do *flâneur* como um tipo de resistência contra a pressa avassaladora da modernidade. A pedagogia do *flâneur* recomendava que se caminhasse com uma tartaruga ao lado, fato que, conforme explicado por Walter Benjamin, em sua obra *Paris, capital do século XXI*, de 1935 (BENJAMIN, 1983), era

considerado de bom tom: o animal ditava os passos e, assim, recompunha a lentidão e a sensação de prazer que a caminhada poderia proporcionar.

O “retorno” ao campo, todavia, não foi obra dos antigos camponeses, expulsos de suas terras pelos ditames dos cercamentos, iniciados nos séculos XVIII. Esse retorno se daria com os burgueses e suas “casas de campo”, reflexo de um estilo de vida que primava pelo trânsito entre a cidade (local dos negócios, da vida social pública, dos estudos e do progresso) e o campo (destinado ao descanso, ao lazer e vida social privada, do retorno ao mundo natural desacelerado).

As contribuições de Raymond Williams, naquela que é considerada sua obra-prima, *O Campo e a Cidade* (1989) são relevantes para a compreensão dos comportamentos e atitudes dos indivíduos em sua relação com o rural e o urbano. O autor, em sua análise e interpretação do tema, provoca o “desencantamento” do campo ao trazer ao debate a dura realidade da vida rural em oposição ao bucolismo pastoral que imperava na literatura inglesa. Na vertente seguida por Williams, podemos dizer acerca da caminhada, que desta não se pode afirmar unicamente que se tratava de um passeio alegre e florido juntos aos domínios de Pan e sua doce flauta encantada. Caminhar, na realidade do mundo rural, nada havia com a contemplação desinteressada de bosques, montanhas, plantações, borboletas ou rebanhos.

Esta caminhada no campo é o andar ofegante do lavrador com seus pés descalços e de solas grossas e alargadas, do torso seminu, tisonado pelo sol inclemente do meio-dia, a carregar, exausto, a enxada companheira. Se há cotovias exibindo seu belo canto ou borboletas azuis desfilando nos ares, é bem provável que ele não as vê, caso as enxergue. Na realidade do campo, a terra é dura, a vida idem, e o andar a pé significa a sobrevivência dos apanhadores de algodão, de trigo, de café, de cana-de-açúcar e de tanto outros que lavram e semeiam o solo e ceifam, no suor do dia-a-dia, os

frutos da terra. É, ainda, a caminhada dos que vão à escola, léguas adiante de casa, no frio ou no calor, junto a estradas empoeiradas ou enlameadas.

No contexto da realidade do campo, este andar a pé reflete a luta incessante do ser humano pela subsistência. As expressões sentimentais agradáveis suscitadas pela caminhada campestre e pastoral remetem apenas àqueles que no campo não vivem, mas a ele recorrem esporadicamente para aliviar as tensões e os conflitos gerados pelos modos de vida adotados nas grandes cidades. Estes, que se lançam ao campo em suas casas de veraneio e durante condições climáticas favoráveis é que podem, de fato, usufruir de uma vida campestre plena de satisfações.

Um elemento fundamental a dar forma e conteúdo ao gosto de se caminhar pelo campo, entretanto, é a paisagem. Maderuelo (2005) adverte que o termo paisagem relaciona-se a uma diversidade de tipos de ambientes que se torna difícil um consenso conceitual. Paisagem é uma construção cultural, um conceito inventado que diz respeito a um conjunto de sensações e sentimentos que surgem subjetivamente a partir de um lugar e daquilo que o constitui. Trata-se de uma presença de sensibilidade humana que tem muito menos a ver com o objeto contemplado e muito mais com o olhar de quem contempla. A paisagem, portanto, é uma percepção do ambiente onde nos encontramos, o modo como observamos e os significados que atribuímos ao que vemos. Não se trata de algo físico, porém, de uma ideia que emergiu durante o Renascimento e se consolidou com o Romantismo.

A valorização da paisagem é um acontecimento do final século XVIII. A ideia de paisagem como uma experiência aprazível do olhar talvez tenha surgido, pela primeira vez, com o poeta e filósofo Francesco Petrarca (1304-1374) ao, supostamente, escalar o Monte Ventoux, em 26 de abril de 1336, e observar a Natureza de um modo, até então, estranho a seus contemporâneos. Tomado por súbito êxtase ao contemplar o

cenário geográfico que se desvelava do alto píncaro, a experiência de Petrarca abarcou a dimensão subjetiva da relação Homem-Natureza, transformando um acontecimento individual em um ponto de partida para a constituição de um ideal de virtude universal. Em contraposição ao pensamento medieval que vê a Natureza como algo irreduzível, a visão do humanista Petrarca propõe a inquietação, uma das características dos futuros poetas românticos, e a paisagem é a inspiração de uma busca de si mesmo capaz de revelar a virtude ante o belo e o sublime.

Esta valorização da paisagem, assim, emerge no contexto da ruptura com a visão de mundo teológica que caracterizou os modos de vida da Europa medieval cristã. Tal ruptura foi empreendida por representantes da burguesia, a classe social em ascensão e que se consolidaria como detentora do poder político e econômico na Europa no século XIX. É, pois, no contexto histórico de final de século XVIII e início de século XIX que o conceito científico de paisagem surge no cenário europeu, oriundo das explorações e pesquisas realizadas, principalmente, pelo geógrafo e naturalista alemão Alexander Von Humboldt, em sua viagem pelas Américas entre os anos de 1799-1804.

Mesmo como cientista, Humboldt (1769-1859), em suas descrições sobre a Natureza, apelou ao senso estético literário vigente em sua época – o Romantismo⁶ – e, em sua obra *Quadros da Natureza* (1808), são notórias as representações pictóricas de plantas, animais e relevos que buscam aproximar o leitor do mundo natural e difundir, assim, o gosto pela Natureza. Conforme esclarecido por Pedras (2000), as

⁶ O Romantismo foi um movimento literário, artístico e filosófico que se difundiu na Europa entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Opunha-se ao rigor do pensamento racional característico do Iluminismo – corrente filosófica de época anterior – exaltando a liberdade de expressão do indivíduo, as sensações e os sentimentos, tudo o que é agradável à imaginação e capaz de despertar sonhos, provocar êxtases e mesmo tristeza e sofrimento. De modo geral, os temas abordados pelos românticos abarcavam o mundo natural e as coisas simples da vida. Assim, montanhas, lagos e bosques compõem os cenários preferenciais onde as relações do homem com o mundo se davam mais pela subjetividade do que pela objetividade, mais pelo fazer sentimental do que pelo fazer técnico, destacando-se, deste modo, a paisagem como elemento visual de relevância primordial para a idealização da vida e da espiritualidade do ser humano. Disponível em: http://faroldasletras.no.sapo.pt/romantismo.htm#falar_sobre_o_romantismo. Acesso em: 06/12/2013.

representações dos cenários naturais na obra de Humboldt (1957), portanto, aliavam ciência e literatura, o gosto pelo conhecimento ao gosto pela estética na exaltação do olhar, onde a imagem da paisagem, com suas características físicas, serviriam para refletir na imaginação dos indivíduos e proporcionar-lhes o encontro visual com a Natureza capaz de elevar o pensamento a uma poética de introspecção.

Na configuração da superfície terrestre e na diversidade e particularidade de seus relevos, portanto, era onde o indivíduo buscaria a estética da paisagem, ou seja, o gosto culturalmente refinado pelo mundo natural e, ainda mais, pelas representações artísticas da Natureza que se fariam, principalmente, pelas pinturas e, nesses cenários pictóricos, ao caminhar por eles, os sentimentos e sensações transbordariam, revelando o mundo interior de cada indivíduo. É assim que a caminhada pelos campos, pelas montanhas, pelas matas e beira de riachos e lagos, transformara-se em uma prática capaz de elevar o pensamento, estimular a imaginação e provocar sensações de conforto, de beleza, de tranquilidade.

Humboldt (1957) fazia parte de um seleto grupo de indivíduos – filhos da burguesia industrial ou da aristocracia europeia – que, sem necessidade do trabalho nas fábricas para sobreviver, contavam com generosas contribuições paternas ou monárquicas que financiavam os recursos para suas empreitadas científicas, artísticas ou filosóficas (WULF, 2016). Foi a partir das concepções de mundo adotadas por esses sujeitos e, em especial, Humboldt, que outras percepções do mundo natural, advindas das artes em geral, da filosofia e das ciências naturais, permitiram aos indivíduos um novo modo de relacionar-se com a Natureza, impactando a prática da caminhada que emergiu como elemento fundamental nesse processo.

A percepção da paisagem como elemento capaz de elevar o pensamento e de transcender representava o refinamento cultural do olhar humano, remetendo a

expressão do sentimento do indivíduo e suas emoções e, assim, devendo ser percebida com a alma. Isso somente foi possível pelas inúmeras viagens por diversas partes do mundo, realizadas por essa elite intelectual europeia, que desbravou outros mundos e descobriu “outras paisagens”.

Mas esse processo de perceber a Natureza a partir dos sentimentos por ela suscitados no sujeito, não foi apenas obra dessas empreitadas Europa a fora, sendo que antes, houve precedentes no universo acadêmico. No século XVIII, dois pensadores se destacaram nessa compreensão de mundo a partir das inter-relações entre o cognoscível e o sensível: Kant e Schiller.

Immanuel Kant (1724-1804), com sua obra *Crítica do juízo* (1790), propõe sobre o estudo da estética⁷, que esta é uma experiência individual, onde um elemento peculiar presente na “experiência estética” é capaz de suscitar sentimentos que, por motivos únicos e pessoais, elevam o pensamento do indivíduo. Para Kant, a beleza não está no objeto em si; não se trata, pois, de um atributo da realidade que, ao ser reconhecido pelo indivíduo, revela-se o belo – uma beleza que pode ser reconhecida universalmente. A beleza se encontra em uma experiência individual a partir da contemplação de algo que desperte no sujeito um sentimento prazeroso (KANT, 2012).

A beleza, portanto, não se refere a uma representação objetiva da realidade ou a um conceito que deva ser entendido, mas uma representação que afeta, antes, a imaginação do sujeito. O sujeito é afetado, não pela aparência de um objeto, mas por algo em seu interior, algo intuitivo, uma sensação que desperta-o para o sentimento do belo pela via do aprazível. A beleza, assim, expressa uma vivência íntima que, em outras palavras, pode-se dizer que ela “está nos olhos de quem vê”. O filósofo alemão,

⁷ Alexander Baumgarten (1714-1762), filósofo e educador, em seus estudos sobre a arte e o belo, empregou a palavra *estética* pela primeira vez, em 1750. Esse termo tem origem no grego *aisthesis*, que significa a capacidade de compreender pelos sentidos, pela percepção, pela sensibilidade (ABBAGNANO, 2007).

com essa concepção de estética associada ao subjetivo, rompe com a tradição racionalista e intelectualista de sua época, abrindo as portas para o movimento romântico.

Friedrich Schiller (1759-1805), em suas reflexões sobre a estética nas *Cartas sobre educação estética do homem* (1794), trouxe importantes contribuições para a compreensão da relação entre razão e sensibilidade nos domínios da percepção humana. Para Schiller, o ser humano não se determina por seu corpo físico e seus instintos, que o limitam, ou por sua mente e espírito, que lhe conferem a ação em busca da liberdade. Há, para Schiller, um estado intermediário, no caso, a percepção estética, que teria como função fazer a transição do estado instintivo para o pensamento reflexivo.

Para Schiller, é a imaginação que se constitui no elemento que caracteriza a percepção estética. Uma obra de arte, um objeto, uma paisagem, uma pessoa são consideradas belas e agradáveis não pela sua materialidade em si, porém, por um conteúdo que revela uma forma capaz de fazer o sujeito ser tocado em sua sensibilidade e pensamento. O ser humano, então, tornar-se-ia capaz de pensar o belo e o agradável para além do prazer físico, da matéria em si ou de uma funcionalidade objetiva.

A apreensão do mundo em sua plenitude, logo, seria parte de um processo de harmonização entre o pensamento e o sentimento, onde a percepção estética indicaria o caminho para a felicidade e a dignidade humana. Disso decorre a importância de uma educação estética como instrumento capaz de viabilizar a superação das necessidades instintivas e proporcionar vivências que estimulem a capacidade criativa do ser, que despertem a consciência de si mesmo, do outro e do meio em que se vive em uma abrangência tal que revele a beleza da vida (SCHILLER, 2002).

Portanto, com as contribuições dos estudos sobre a percepção estética e as andanças de Humboldt (1957) e seu olhar científico e poético, a Natureza tornou-se uma

“paisagem natural”, um elemento fundamental para o caminhante e agora “amante da Natureza”, pois caminhar pelos campos e montanhas tornou-se o elo primário do ser humano com o mundo natural, capaz de manter uma relação de intimidade entre o sentimento do indivíduo – a sua vida interior, suas emoções e paixões – com o mundo exterior que, percorrido pelos pés, suscitava a beleza ao olhar sensível, remetendo, então, ao encontro ideal entre Homem e Natureza e promovendo a conjunção do belo e do selvagem, da arte e da ciência, da poesia com a filosofia e a própria vida. Andar a pé representava a evasão do mundo social – imperfeito, objetivo, racional – e a dissipação, pela imaginação e fantasia, em busca do primitivo, do selvagem, do pitoresco que somente a paisagem - bela e agradável aos olhos de quem assim a vê - poderia proporcionar aos sentidos.

Esta reaproximação do Homem com a Natureza, de maneira devota e como viagem sentimental, pode ser observada na arte do pintor alemão Caspar David Friedrich (1774-1840), cujas concepções artísticas o elevaram à categoria de pioneiro na representação romântica dessa nova relação Homem-Natureza. Friedrich, embora não tenha sido o criador do movimento romântico, foi um intérprete fiel das concepções românticas da época, inventando, com sua arte, um mundo subjetivo e ideal que, por assim, viria a caracterizar o próprio Romantismo, traduzindo a sensibilidade romântica no “fechar os olhos físicos para ver a cena com os olhos do espírito” para, então enxergar com o sentimento o que o pensamento não alcança. A figura 2 retrata a visão artística de Friedrich, ao colocar no topo da montanha um caminhante contemplando a vastidão do mundo natural.

Figura 2: Caminhante sobre um mar de nuvens (Caspar D. Friedrich, 1818).



A Celebração da Natureza e o Triunfo do Andar a Pé

Eu fui à floresta porque queria viver deliberadamente. Queria viver profundamente. E sugar toda a essência da vida. Acabar com tudo que não fosse vida, para que, quando minha morte chegasse, eu não descobrisse que não vivi (Henry David Thoreau – Walden, 1854).

O gosto, para Bourdieu (2008), é a manifestação de preferências que, em tese, expressam as características de um estilo de vida de determinada classe social. Tais preferências denotariam certo refinamento cultural, a expressão de uma percepção da vida e do sentido e significado do mundo em um patamar superior de entendimento. A caminhada pelo campo, como expressão do gosto, representa, assim, uma virtude cuja demonstração é a prova de que se superou a própria necessidade de se caminhar pelo campo, constituindo-se uma marca de distinção social.

O gosto das caminhadas pelo campo, portanto, estaria relacionado não apenas a uma ancestralidade primordial legada ao homem ou às reminiscências do mundo de origem de um indivíduo, porém, a algo adquirido a partir da integração e convivência em dado contexto econômico, social, histórico e cultural. Trata-se, justamente, de uma atividade contemplativa, reflexiva e prazerosa, onde apenas alguns poucos são

detentores dos privilegiados da prática e do entendimento intelectual da completude de um passeio a pé pelo campo, seja no estilo *hicking* ou *trekking*⁸, em meio às trilhas na Natureza.

O gosto de se caminhar pelo campo deve-se, contudo, a uma mudança de sensibilidade da relação do homem com o mundo natural, muito provavelmente, gerada pelas próprias intervenções humanas sobre a Natureza que, em determinado momento, sofre com mais intensidade as “correções” que as expectativas e perspectivas humanas impõem sob o mundo natural. E pode-se dizer que tal mudança tornou-se efetiva a partir da concepção de mundo adotada pelos escritores ingleses, no século XVIII e decorrer do XIX, quando foram publicadas as primeiras obras sob a égide do romantismo.

William Wordsworth (1770-1850), em dos fundadores do romantismo inglês, em muitos de seus poemas evoca, com todas as pompas da expressividade literária romântica da época, os encantos da Natureza e a beleza dos campos e das montanhas de Lake District, local onde passou sua infância. Ao dirigir o olhar do público para enxergar na Natureza o sublime, Wordsworth não apenas expressava o seu sentimento em relação a esta, porém, em palavras traduzia as percepções das caminhadas diárias que fazia em Lake District. Experiente na prática de caminhar pelos campos e montanhas, às margens de rios e lagos, o poeta inglês apregoava outros tipos de valores à Natureza para além daqueles associados ao utilitarismo exploratório, pois o mundo

⁸ *Trekking* vem de *trekker* ou migrar e *voortrekkers*, referência aos colonizadores holandeses que, em meados do século XIX, percorriam a pé arduamente longas distâncias pelo território africano. Já o *hiking* ou andar por aí livremente, é de origem inglesa, do início do século XX. O termo está diretamente associado à necessidade das pessoas que habitavam as grandes cidades de voltar-se para o campo em busca de lazer e saúde. Há, contudo, diferenças entre essas práticas. *Trekking* são caminhadas que exigem grande esforço físico e superação, em meio a terrenos com muitos obstáculos e que necessitam de habilidades como orientação espacial e equipamentos específicos como mapas, bússolas, GPS ou mesmo guias experientes. Trata-se de uma experiência radical em uma imersão profunda na Natureza. *Hiking* é uma caminhada de um dia, por trilhas autoguiadas em parques ecológicos ou mesmo estradas rurais que, embora possa oferecer dificuldades, geralmente não expõe o praticante a grandes riscos e pode ser praticada por qualquer pessoa disposta a caminhar. Cf. *Trekking* ou *Hiking*: Você Conhece as Diferenças? Disponível: <https://www.penatrilha.com.br/blog/trekking-ou-hiking-voce-conhece-as-diferencas/>. Acesso: 20/3/2020.

natural era considerado, à época, como um recurso disponível ao homem para o seu benefício e progresso.

No poema intitulado *Virando a Mesa: uma cena noturna sobre o mesmo assunto*, Wordsworth apregoa que o verdadeiro conhecimento sobre o mundo e a vida não está nos livros, porém, que o homem deve estar junto à Natureza para contemplá-la, percebê-la e dela extrair a sabedoria. Ademais, isto deve ser feito de maneira espontânea e sem pressupostos advindos da objetividade. Segue o poema:

Ergue-te amigo, alegre te quero ver, Está em tantos problemas absorto?
Ergue-te e deixa de ler, pois assim ficarás torto.

O sol sobre a colina, um brilho suave e belo espargiu pela campina, seu primeiro doce amarelo.

Livros! Tédio e labor sem fim; escuta o pintaxorro na pradaria, quão suave é o seu canto, e assim, veja nele maior sabedoria.

Ouve quão feliz é todo cantor! Vem pra luz campestre; ele é um bom pregador, Deixa a Natureza ser teu mestre.

Ela é um mundo de riqueza imanente, espontânea e saudável sabedoria – para abençoar-te o coração e a mente, verdade que emana a alegria.

Um impulso do bosque vernal ensina-te mais sobre o infinito, e a noção de bem e mal que qualquer sábio ou erudito.

Doce é a doutrina da Natureza; mas nosso intelecto sem cessar desfigura a forma e a beleza – matamos para dissecar.

À Ciência e à Arte digas não; cerra as folhas um instante, vem e traz contigo um coração que fita e recebe, constante (WORDSWORTH, 2007, p. 113-115).

A caminhada pelo campo transformava-se, então, em um ensinamento e aprendizagem, uma divertida experiência em busca de sensações agradáveis suscitadas pelo encontro do indivíduo com as árvores, com os pássaros, com pequenos animais, riachos, o sol, as nuvens, as flores e todo o colorido que as formas do mundo natural pudessem provocar os sentidos, instigar a imaginação e proporcionar conhecimento e sabedoria sobre o mundo; a Natureza, enfim, emerge como uma porta que se abre às infinitas percepções da existência humana, o lugar ideal para o indivíduo encontrar sentido e significado em suas experiências com a própria vida. Ao ser perguntado sobre

o local de seus estudos e o modo de inspirar-se, Wordsworth costumava dizer “caminhar na Natureza” (WORDSWORTH, 2007).

Também Nietzsche, o filósofo, recorria com frequência às caminhadas, percorrendo as inúmeras trilhas dos Alpes austríacos durante mais de seis e até oito horas diariamente. Era nessas caminhadas que Nietzsche acreditava extrair a matéria refinada de suas reflexões sobre a essência da humanidade, traduzidas em seus aforismos. Frederick Gros (2010), ao comentar sobre Nietzsche, suas caminhadas e obras, remete ao filósofo alemão suas comparações entre os dois tipos de produções literárias: aquelas que são feitas entre quatro paredes, nas pesquisas de bibliotecas, cujos autores se baseiam em outros livros para seus escritos, uma escrita sem movimento, que se torna leitura pesada, indigesta, cujos livros estão abarrotados de citações, de referências e anotações que não passam de comentários que, muitas vezes, nada contribuem ao esclarecimento das questões a que o autor se propõe a responder, pois refletem o próprio corpo de quem os escreve curvado (submetido ao jugo de outros autores) sobre a escrivaninha. Por outro lado, há aqueles livros que são feitos a partir das experiências ao ar livre, dos pensamentos que surgem enquanto se caminha. Estes são obras vivas, que respiram o ar revigorante da Natureza, livres do pesado fardo dos outros livros, são feitos em movimento e brotam do autor como expressão de seus sentimentos e percepções do mundo de fora. Para Nietzsche, caminhar era isso: pensar com o corpo em movimento, anotando frases que porventura surgissem de um impulso, como numa passada, pois este era o melhor modo de pensar, e a montanha era o lugar sagrado para exercitar o corpo e o intelecto e deixar aflorar o espírito.

O entendimento sobre a caminhada passa, logo, de um meio de locomoção utilitária e banal do cotidiano, para a compreensão de algo mais elevado que apenas poucos iniciados podiam alcançar. De um esforço físico bruto pela mata hostil,

caminhar pelo campo transformava-se em uma arte praticada apenas pelos indivíduos mais sensíveis, cultos, inteligentes. Contribuiu para esta concepção o filósofo alemão Karl Gottlob Schelle, em sua obra *A Arte de Passear* (1801), onde ele define a caminhada como uma atividade corporal a serviço do intelecto, um momento em que o movimento corporal deveria servir ao descanso do espírito para que este, assim, pudesse contemplar, em plena liberdade, todos os encantos oferecidos pelo mundo natural.

O passeio pelo campo, entretanto, não deveria ser destinado a solucionar problemas de qualquer tipo ou para meditar sobre a existência, ou mesmo para fazer observações perspicazes sobre o entorno; seu objetivo era percorrer o espaço de modo a “deslizar acima dos objetos, responder as suas solicitações em lugar de se deixar coagir ao estudo destes pelo espírito” (SCHELLE, 2001, p. 21). Sempre receptivo, o indivíduo, ao caminhar pelo campo, deveria abandonar-se alegremente às coisas ao redor, sem confrontá-las com reflexões, deixando-se apenas fluir as boas sensações advindas do frescor das árvores, o perfume das flores, o azul do céu, o murmúrio dos riachos, a luminosidade do sol, o canto dos pássaros, a imponência majestosa das montanhas, etc.

Anteriormente a Nietzsche, Wordsworth ou Schelle, contudo, caminhar pela Natureza já era uma prática diária realizada pelo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), principalmente nos dois últimos anos de sua vida. Pelo arredor de Paris, nos bosques e lagos de Ermenoville, o filósofo realizou seus últimos escritos, deixados na obra *Os devaneios do caminhante solitário*, fruto de suas longas caminhadas. Para Rousseau, todavia, essa caminhada não era um passeio, conforme concebido por Schelle, uma contemplação como apregoado por Wordsworth, ou um momento de inspiração, como em Nietzsche, porém, um momento de introspecção, uma experiência de si e por si em busca da “verdadeira felicidade que está em nós e que não depende dos homens” (...) “um êxtase que sentia algumas vezes ao caminhar assim sozinho”

(ROUSSEAU, 2008, p. 17), proporcionado pelo prazer dos cenários e o interesse despertado pelas plantas e vegetações encontradas no percurso. Rousseau fazia da caminhada o seu refúgio e Ermenoville era o santuário que lhe inspirava as reflexões sobre a sua existência social.

Não apenas na Europa, mas também na América podemos encontrar importantes personagens que marcaram época e que contribuíram com seus pensamentos ou estilos de vida para a construção de uma nova relação da tríade Homem-Caminhada-Natureza. Talvez o maior expoente seja o poeta e filósofo Henry David Thoreau (1817-1862), que viveu, por livre iniciativa, por dois anos em uma cabana construída por ele mesmo próxima ao lago Walden, em sua cidade, Concord, Massachussets. Para Thoreau, estar em meio à Natureza representava um tipo de busca espiritual que resgataria, de certo modo, a ancestralidade primordial do homem. Ou seja, em contato com a Natureza, o homem aprenderia a respeitá-la e preservá-la, pois a reconheceria como parceira em sua existência. Por retirar da Natureza os recursos necessários à sua sobrevivência e também por ela conceder-lhe os privilégios de sua beleza e esplendor, para seu regalo, a ela o homem devia consideração e apreço, jamais degradando ou devastando o que ela lhe oferecia gratuitamente (THOREAU, 2013).

Thoreau não apenas apreciava caminhar pelos entornos de Concord, cidade ao qual nasceu e por lá permaneceu até a sua morte, bem como se considerava um exímio caminhante, capaz de percorrer vinte e cinco ou trinta quilômetros em suas incursões pelos campos e florestas. Não se conformava em ver as pessoas sentadas o dia todo em suas lojas ou em casa quando não tinham o que fazer, pois considerava caminhar – mais do que um exercício físico – um compromisso consigo mesmo, a aventura do dia em busca de conhecimento, um momento íntimo e necessário para afastar-se das tramas do convívio social, mas, acima de tudo, um momento de satisfação pessoal por estar em

meio às matas, riachos e montes – as verdadeiras fontes da vida e do aprendizado, segundo ele. “A indescritível inocência e beneficência da Natureza - do sol, vento e chuva, do verão e inverno -, quanta saúde, quanta disposição eles sempre proporcionam!” (THOREAU, p. 137, 2011), assim ele acreditava. As estradas públicas, ele as desprezava - “se destinam aos cavalos e aos homens de negócio” (...) “pois não tenho pressa de alcançar qualquer taberna, armazém, depósito ou estrebaria as quais elas conduzem” (THOREAU, 2011, p. 17), o que se constituía como uma maneira de deixar para trás as evidências da vida social (o comércio, a política, os negócios).

O legado de Thoreau talvez tenha sido sentido em sua maior intensidade durante os anos de 1960, quando a juventude norte-americana rebelou-se contra a padronização dos modos de vida da sociedade de consumo. Acampar próximo aos lagos e bosques era prática comum entre os jovens americanos de então, um modo de contestar, de rebelar-se. Ao resguardar-se do excesso de bens de consumo e da massificação e padronização de gostos – a cultura de massas, onde o indivíduo é apenas mais um na multidão a consumir o que a indústria cultural produz – a retirada para o campo era um meio de reencontrar a espiritualidade perdida.

Mas Thoreau não foi o único, na América, a exercer influência para a mudança de sensibilidade e atitude do homem perante a Natureza, lançando os indivíduos ao desafio e prazeres de se caminhar pelos bosques e campos. Contemporâneo seu, o poeta Walt Whitman (1819-1892), provocou uma revolução na literatura americana quando, em 1855, foi publicado *Folhas de Relva*, obra em que Whitman expressava o seu modo peculiar de compreender o mundo e traduzi-lo em longos poemas sem rimas ou métricas, uma inovação no modo de conceber poesia na época.

A obra de Whitman, por boa parte do seu conteúdo que evocava a liberdade do indivíduo das amarras das convenções sociais, evocando a espontaneidade, gerou

protestos e até escândalos, a ponto mesmo de muitos livros terem sido queimados em praça pública, em uma manifestação de repúdio moral coletivo. Mas a despeito das aversões suscitadas ou de sua efetiva contribuição inovadora no modo de fazer poesia, Whitman mostrou ao povo americano o quanto o seu país era grandioso e belo, não apenas em seus valores e crenças, porém, na grandeza e beleza de suas cadeias montanhosas, de seus rios, de suas florestas. Caminhante inveterado, Whitman era assíduo frequentador dos bosques, das montanhas e também das ruas sempre movimentadas da cidade de Nova Iorque, que ele gostava de chamar pelo seu nome nativo, *Mannahatta* ou “terra de muitas colinas” onde, do alto de seus telhados, vencendo o tempo, ainda há pouco se podia ouvir o ressoar de seu grito bárbaro - *yawp* - , provocando atitudes e influenciando, assim como Thoreau, novos comportamentos na geração *beat* dos anos de 1960.

Mas se Thoreau e Whitman com suas obras e exemplos impactaram as gerações de meados do século posterior, outros movimentos sociais também exerceram influências determinantes no comportamento de muitos jovens americanos do século XX. Trata-se da *Lebensreform* ou a reforma da vida, numa tradução literal que, mais do que uma ideia que surgiu na Alemanha e na Suíça nas últimas décadas do século XIX, foi um estilo de vida naturalista que se propagou para além das fronteiras germânicas, principalmente para os Estados Unidos da América.

Embora a imigração alemã para a América tenha se iniciado no século XVII, foi entre 1883-1949, que muitos alemães estabeleceram-se na Califórnia em busca de uma vida saudável ao natural. Com seus estilos de vida orgânicos e alternativos, baseados em uma filosofia e práticas naturais, esses pioneiros alemães acabaram por disseminar em solo americano uma concepção de vida que primava pelo naturismo, isto é, um estilo de vida baseado na harmonia com o mundo natural. Esses imigrantes alemães levaram

consigo os ideais da vida ao natural e uma compreensão da Natureza como um lugar para contemplar, para refletir, para viver livre das convenções sociais e do modo mais naturalmente possível (KOCH, 2005).

Os seguidores, praticantes e idealistas da *Lebensreform* – termo que surgiu pela primeira vez em 1896 – apregoavam, mais do que a vida ao ar livre, a ruptura com tudo aquilo que fazia do indivíduo um repositório de normas, regras e comportamentos considerados como adequados para o viver em uma sociedade industrial e, por extensão, no mundo urbanizado. Como um movimento social de caráter nacionalista, popular e educativo, buscava restituir ao povo alemão os antigos valores, sentidos e significados que seus antepassados atribuíam à vida simples em meio à Natureza. Tratava-se de um ideal de estilo de vida propagado pela juventude alemã que apregoava o “retorno à Natureza” como oposição às formas de vida urbana, tecnocrata, materialista e superficial que haviam impregnado a classe média alemã.

Duas obras se destacam na implantação da *Lebensreform*. A primeira refere-se ao historiador romano Cornélio Tácito quem, por volta de 98 d.C., escreveu *Germânia* ou *Sobre a origem e situação dos germanos*. A obra foi escrita durante os sangrentos combates entre romanos e teutônicos, nas florestas germânicas. Tácito fazia uma apologia à civilização (os romanos), em detrimento ao estado de barbárie (tribos teutônicas). O historiador considerava que os modos de vida das tribos que habitavam a Germânia, não condiziam com o mundo civilizado romano. Vivendo em meio às florestas e pântanos, os germânicos mantinham uma condição de existência que os caracterizava, segundo Tácito, como “filhos da natureza”. Ao mesmo tempo em que se horrorizava pelos modos “rudes, grosseiros e ferozes desses povos”, o historiador romano admirava a nobreza natural desses “primitivos selvagens” que, sem conhecer os deleites da civilização e, portanto, indiferente aos vícios que corrompiam os romanos,

reconhecia neles “um povo sem malícia ou astúcia”. A pureza de costumes, a sobriedade da vida familiar, a veneração à mulher virtuosa, o gosto pela vida livre nos bosques, a disposição para a batalha e a caça, a hospitalidade e o modo de criar os filhos – quase nus e sem berços, mas com admirável saúde e portadores de direitos – todas as descrições de Tácito em *Germânia*, fizeram de sua obra, no século XIX e início do século XX, uma referência de inestimável valor para o povo alemão sobre suas origens e sua cultura (SCHAMA, 1996).

Wilhelm Heinrich Riehl (1823- 1897), em sua obra *A história natural do povo alemão* (publicado em três volumes, entre 1851 e 1853), causou impacto e influência nos ideais do “retorno à Natureza”, e foi quem mais exaltou o sentimento patriótico dos alemães em relação aos costumes e modos de vida de seus ancestrais. Riehl hostilizava o capitalismo industrial e a vida na metrópole com seus salões burgueses luxuosos, que considerava como responsáveis pela degradação da ética e da solidariedade inerente às comunidades tradicionais. Para Riehl, o centro da cultura popular alemã era a floresta, o qual considerava que uma aldeia sem floresta era o mesmo que uma cidade sem edifícios históricos, teatros ou galerias de arte. Fazendo oposição entre a modernidade capitalista e a tradição econômica rural, Riehl dizia que a “estrada” (representando o progresso, o desenvolvimento industrial), unia produtores e consumidores (ligados apenas por interesses materiais), enquanto o “caminho” era a via de comunicação entre o aldeão e o citadino (o que estabelecia uma união solidária entre ambos). Enfim, para Riehl, a sociedade urbanizada estava corrompida pelo modo de vida capitalista (que destruía as matas indiscriminadamente), em oposição ao habitante das aldeias e florestas – o personagem autêntico da etnia alemã. Mais do que lutar pela preservação das florestas pelo mero sentimento patriótico, todavia, Riehl acreditava que a salvaguarda das florestas era de fundamental importância para a salvaguarda dos valores morais e

éticos da tradicional solidariedade observada nas antigas comunidades alemãs e, em consequência, do próprio futuro da nação (SCHAMA, 1996).

Assim, o contato direto com a vida campestre, o modelo de uma existência simples, baseada em dietas vegetarianas, o nudismo, o amor livre, a abstinência do álcool, a pureza do corpo e da alma, a medicina natural⁹, o pacifismo, a vida comunitária e a perspectiva feminista de compreender o mundo (a sabedoria da mulher), dentre outras, eram práticas consideradas como mais favoráveis ao desenvolvimento do ser humano saudável, sem os artificialismos do mundo social que corrompiam o caráter e desintegravam a personalidade.

A adoração ao sol, ou o solarismo, de Ernst Haeckel (1834-1919), proeminente cientista a cunhar o termo ecologia, fazia parte dos rituais que celebravam a Natureza. Era um tipo de religiosidade que cultuava o sol, como divindade da luz e do calor, já que de sua influência depende toda a vida orgânica na Terra. A adoração ao sol é um fenômeno religioso observado em outros povos e a milhares de anos. Para Haeckel, o culto ao sol representava a forma moderna de teísmo (adoração a um único deus) e que melhor se relacionava com o monismo (concepção grega segundo o qual a realidade é constituída de um único princípio fundador, em que todos os seres fazem parte). O sol, como fonte de toda a vida orgânica e que sem a sua energia nada subsiste, seria, então, o princípio fundador da vida, e o seu culto era a expressão religiosa de um monoteísmo naturalista.

E nada como mais natural o estar em meio à Natureza, andando a pé. No século XIX, muitos grupos de caminhantes surgiram na Alemanha. Em 1883, foi fundada a Associação Alemã dos Praticantes de Caminhada que, atualmente, tem mais de seiscentos mil membros dentre os cerca de sessenta associados. Em 1895, fundado por

⁹ Medicina de *medere*, termo latim que significa “saber o melhor caminho”. Trata-se de alcançar o melhor estado de saúde por meio de terapias naturais.

Hermann Hoffmann e Karl Fischer, em um subúrbio de Berlim, o grupo de caminhantes *Wandervogel* tornou-se um dos mais populares da Alemanha. Seus adeptos tinham idades entre quatorze e dezoito anos e, em pouco tempo, transformou-se em um movimento juvenil organizado em grupos autônomos que se espalharam pelo país.

Com cerca de cinquenta mil adeptos, os membros da *Wandervogel*, com seus próprios recursos, reuniam-se para realizarem longas caminhadas (jornadas de quase trinta dias) acompanhadas de cantos medievais e pernoites em acampamentos primitivos, onde se alegravam ao som de bandolins. A comunhão com a Natureza, o espírito livre e a incorporação da tradição cultural camponesa deram sustentação aos ideais e interesses desses jovens andarilhos, que acabaram por estabelecer acampamentos permanentes, onde construíam suas próprias cabanas e móveis rústicamente, sendo os predecessores dos albergues da juventude (SCHAMA, 1996).

Últimas Considerações

Saúde, qualidade de vida, espiritualidade e aventura são alguns dos ideais que aproximam os indivíduos que, atualmente, saem ao encontro do mundo natural andando a pé. Realizada, geralmente, como atividade de lazer, a caminhada pelo campo expressa o desejo dos indivíduos pelo retorno à Natureza, não em estado selvagem e bárbaro, porém, amparados pelo uso das tecnologias que possibilitam certo controle e domínio sobre o mundo natural. Assim, conforme Bruhns (2009), a busca contemporânea pela Natureza travestiu-se, sobretudo, de ecoturismo, um negócio lucrativo com promessas de satisfação de experiências hedonistas e promoção da sociabilidade que, entre corredeiras e cachoeiras, entre sensações e percepções, entre prazeres e descobertas, faz emergir a subjetividade latente com o seu poder de emancipar o indivíduo da objetividade racionalista do cotidiano e sua fatigante obviedade.

Há, no contato com a Natureza, algo como uma pálida lembrança dos tempos primitivos e imemoriais da humanidade, porém, que ainda causam intensas sensações e geram outras percepções sobre a existência humana, como se este longínquo passado se fizesse presente a cada caminhada que se faz pelos campos, pelas matas, pelas montanhas, pelas estradas rurais.

A caminhada foi percebida pelos artistas, poetas e pensadores do século XVIII e XIX adeptos do Romantismo, como uma possibilidade de compreender o mundo a partir das sensações geradas, principalmente, pelo olhar, daí a relevância da paisagem para quem caminha. Robinson (1989), em sua análise sobre o período romântico que marcou a Alemanha, França e Inglaterra, considerou a caminhada como um elemento típico do estilo de vida de muitos desses artistas, poetas e pensadores. Caminhar, para esse seleto grupo de revolucionários das artes, da filosofia e das ciências era o modo preferido de expressar sua liberdade individual: sinceros, espontâneos e genuínos na trajetória que empreenderam para a valorização de uma vida particular pautada pela emoção, pela percepção sensível e afetividade latente.

Se em outras épocas, portanto, a vida campestre fora sinônimo de ignorância e selvageria, a partir do século XIX ela se torna um reduto de gente rica e culta. Ter uma casa no campo representava apreciar uma vida simples e frugal que somente a Natureza proporcionara ao homem, desde tempos imemoriais. Estar próximo a montanhas, riachos, pequenos animais, aves, cachoeiras e árvores, caminhar entre eles, era um privilégio que atendia às necessidades humanas de contemplação estética, reflexão sobre a existência e renovação espiritual.

No contexto histórico desse período de maior influência do pensamento romântico na Europa, a caminhada surge como possibilidade de conquista da felicidade individual, um meio que facilita o entendimento entre os anseios espirituais do mundo

interior com as demandas materiais e preocupações do mundo exterior. A caminhada, assim, é uma conduta em direção ao bem-estar emocional, o elemento apaziguador entre o indivíduo e suas necessidades íntimas de conforto e afeto e a sociedade e seus conflitos que ameaçam a paz interior. Para Robinson (1989), portanto, a caminhada se apresenta como uma imagem romântica, um passeio idílico pelos campos, seja solitariamente ou na companhia agradável de um cão, este bom e sempre fiel companheiro de jornadas a pé.

Mais do que esforço corporal, suor ou fadiga – e para além de um método para exercitar o físico ou ostentação de uma condição social (AUGUSTI, 2019) – a caminhada, na perspectiva romântica, abriu-se a infinitas possibilidades, pois lhe escapa a objetividade científica ao se desvelar pela sensibilidade de quem caminha. Trata-se, pois, de um fenômeno cultural surgido em meio a contextos históricos específicos e que reflete uma atitude perante o mundo, uma busca rumo ao conhecimento de si, um momento de tranquilidade e de muitas agradáveis sensações.

Assim se configurou o ato de caminhar junto à Natureza a partir das concepções artísticas e filosóficas dos séculos XVIII e XIX e que, nos dias atuais, podem ser observadas em diversos grupos de caminhantes que se encontram pelo mundo. Pode-se dizer que caminhar pelos campos manifesta a comunhão direta do sujeito com o mundo natural, mas apenas quando este se entrega a esse contato espontaneamente, de modo a permitir o afloramento da harmonia entre o sensível e o cognoscível. Uma experiência banal – andar a pé – que se transforma, contudo, em uma vivência.

A caminhada pelo campo simboliza, ainda mais, a atitude do indivíduo urbano em sua retomada ao convívio com o mundo natural e ao ambiente campestre e rural, cujo contato foi reduzido ou mesmo suprimido, em decorrência aos modos de vida modernos e as facilidades e confortos da indústria e da tecnologia que alçaram a cidade

ao patamar de lugar principal das experiências humanas e da convivência social, considerando-se que a realidade virtual talvez venha a se constituir em um dos principais cenários das experiências do ser humano.

Ainda que a caminhada tenha se revestido das influências tecnológicas contemporâneas e arrebatada pelas atividades de consumo típicas da sociedade atual, andar a pé pelos campos, estradas rurais, montanhas e trilhas na mata, talvez ainda preserve algo da essência romântica dos caminhantes de outrora, capaz de ainda provocar nos indivíduos experiências significativas de vida e sentido existencial para além da materialidade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AUGUSTI, M. R. A. O andar a pé como fator de distinção social no Brasil do século XIX. **Tempos Históricos**, v. 23, 2019, p. 408-434.
- _____. **Caminhada e estilo de vida: implicações no lazer e na qualidade de vida.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências. Rio Claro, SP, 2014.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: _____. **Textos Escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- BLAINEY, G. **Uma breve história do mundo**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2011.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRANDÃO, J. de S. **Os Idílios de Teócrito e as Bucólicas de Virgílio**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1950.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRUHNS, H. T. **A busca pela Natureza: turismo e aventura**. Barueri: Manoel, 2009.
- CAMPBELL, Joseph. **O Voo do Pássaro Selvagem: ensaios sobre a universalidade dos mitos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1997.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Domenico de Masi: entrevista a Maria Selena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEVÈZE, M. **La Grande réformation des forêts royales sous Colbert, 1661-1680**: une admirable réforme administrative. Nancy: École Nationale des Eaux et Forêts, 1962.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GROSS, F. **Caminhar**: uma filosofia. São Paulo: É Realizações, 2010.
- HADOT, P. **O véu de Ísis**: ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo: Loyola, 2006.
- HUMBOLDT, A. **Quadros da Natureza**. São Paulo: Editora Brasileira, 1957. v. 1-2.
- KANT, I. **Crítica da faculdade de juízo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- KOCH, A. **Nacktheit und Kultur**: Adolf Koch und die proletarische Freikörperkultur. Passagen Verlag, 2005.
- LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- LENOBLE, R. **História da Ideia de Natureza**. Trad. Teresa Louro Peres. Rio de Janeiro: Edições, 70, 1990.
- MADERUELO, J. **El paisaje**: génesi de un concepto. Madrid: Abada Editores, 2005.
- PEDRAS, L. R. V. A paisagem em Alexander Von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. **Revista USP**, São Paulo, n.46, p. 97-114, junho/agosto 2000.
- PETRARCA, F. **Le familiari**. Florença: Le Lettere, 1997. v. 1.
- ROBINSON, J. C; GILBERT, R. **The Walk**: notes on a romantic image. London: WW Norton, 1989.
- ROUSSEAU, J. J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Porto Alegre: LP&M, 2008.
- SCHAMA. S. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- SHELLE, K. G. **A arte de passear**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SCHILLER. F. **A educação estética do homem**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SHELLEY apud BRESCIANI, 1982, p.22 Cf. BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.22.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOREAU, H. D. **Walden**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

THOREAU, H. D. **Caminhada**. São Paulo: Editora Dracena, 2011.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Nobel, 1999.

VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WHITMAN, W. **Folhas de Relva**. Tradução e posfácio: Rodrigo Garcia Lopes. São Paulo: Iluminuras, 2013.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WORDSWORTH, W. **O olho imóvel pela força da harmonia**. São Paulo: Ateliê, 2007.

WULF, A. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.

Endereço do Autor:

Marcelo Roberto Andrade Augusti
Endereço Eletrônico: marceloaugusti@bol.com.br